



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 173 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE PORTO REAL DO COLÉGIO,
ALAGOAS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE
2018.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO REAL DO COLÉGIO**, Estado de Alagoas, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima Receita e fixa a Despesa do Município de **PORTO REAL DO COLÉGIO**, Alagoas, para o exercício financeiro de 2018, compreendendo:

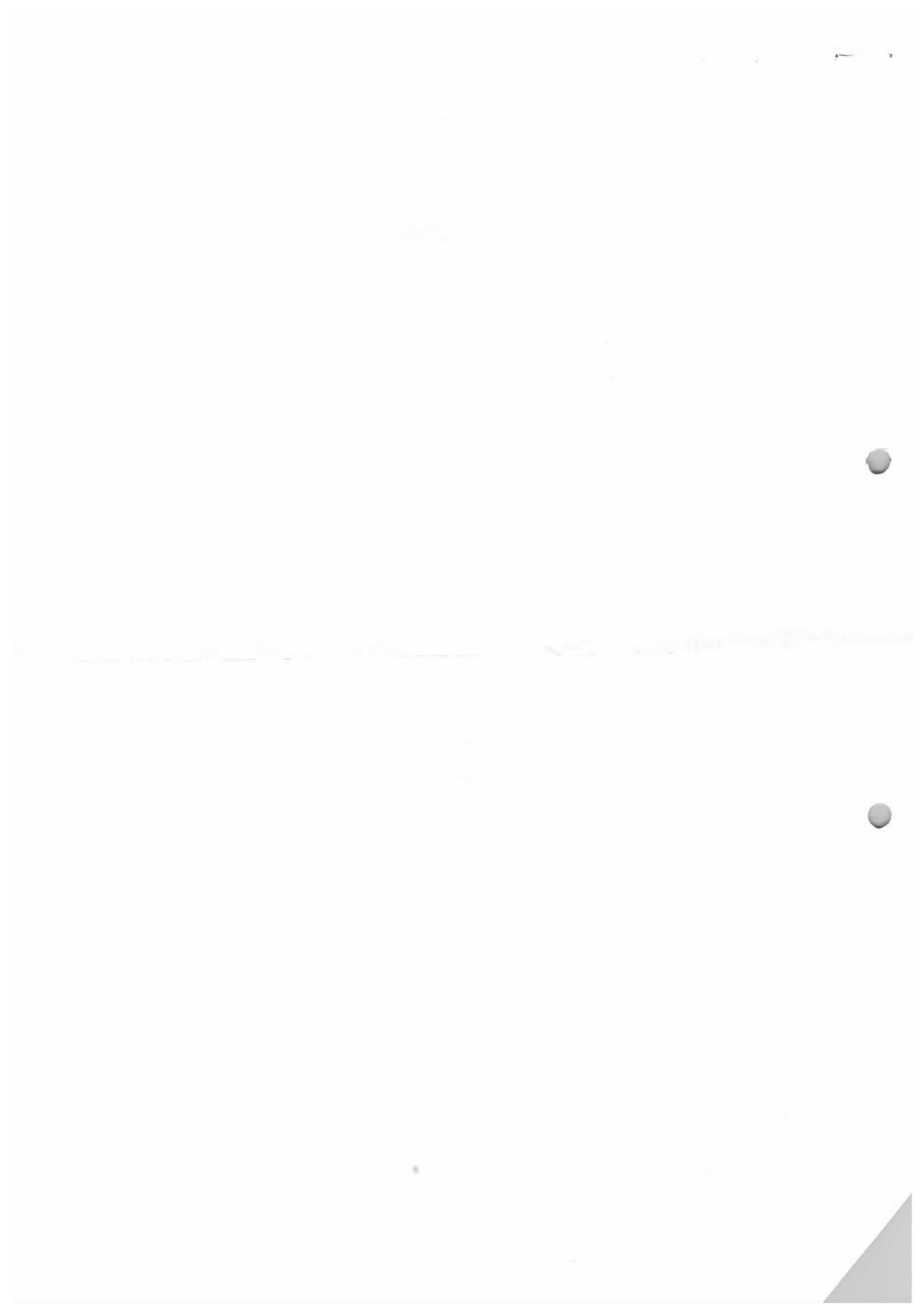
I - O Orçamento Fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como seus fundos.

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A receita Orçamentária Líquida fica estimada em **R\$ 60.107.422,84** (sessenta milhões, cento e sete mil, quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos), e será realizada mediante a arrecadação de tributos municipais e de outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES	52.432.186,11
Tributária	1.886.942,54
Contribuições	54.514,73
Patrimonial	325.284,00
Transferências Correntes	50.165.444,84
RECEITAS DE CAPITAL	7.675.236,73
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	116.396,06
Transferências de Capital	7.558.840,67
DEDUÇÕES DE RECEITAS	4.949.766,36
TOTAL	R\$60.107.422,84





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO
GABINETE DO PREFEITO

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º A Despesa Orçamentária está fixada em igual valor da receita, discriminando-se da seguinte forma:

I – Por Natureza da Despesa

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	43.492.800,91
Pessoal e Encargos Sociais	26.713.005,33
Juros e Encargos da Dívida	104.756,46
Outras Despesas Correntes	16.675.039,12
DESPESAS DE CAPITAL	60.107.422,84
Investimentos	15.686.776,16
Inversões Financeiras	362.805,62
Amortização da Dívida	506.394,94
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	58.645,21
TOTAL	R\$60.107.422,84

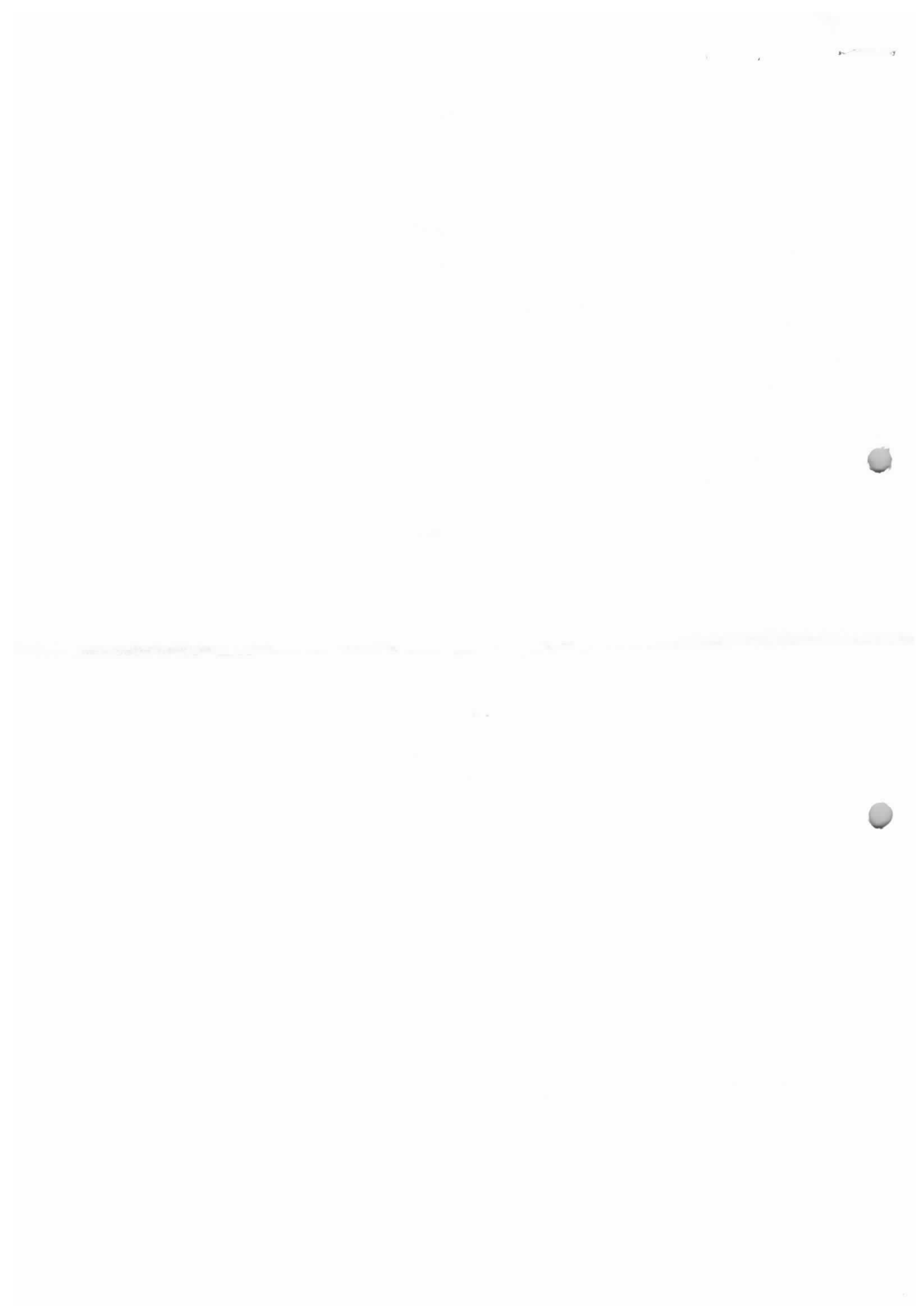
Parágrafo único. A Despesa será realizada à conta das dotações consignadas nas respectivas rubricas das Unidades Orçamentárias em anexo a esta Lei.

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS

ADICIONAIS SUPLEMENTARES

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 70% (setenta por cento) do total da despesa inicial fixada, nos termos do Art. 43 da Lei Federal 4.320/1964, mediante a utilização de recursos provenientes:

- I – do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II – de excesso de arrecadação de receitas orçamentárias;
- III – da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV – do produto de operações de créditos autorizados, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las; e
- V – da Reserva de Contingência.





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 5º Os créditos adicionais especiais, que por ventura venham a ser abertos durante o exercício, aumentando o valor da despesa fixada, servirá de base de cálculo das suplementações mencionadas no artigo anterior.

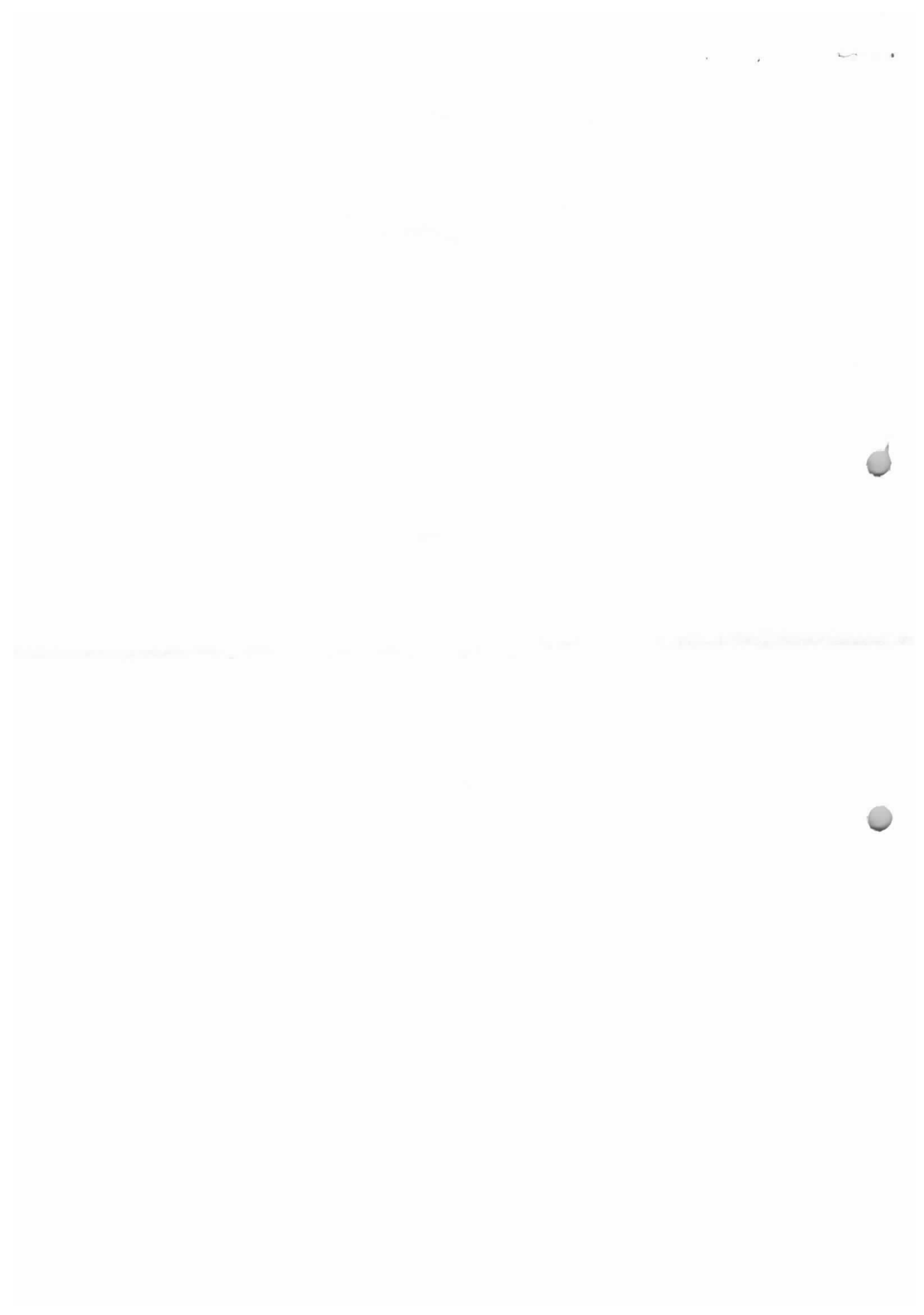
Art. 6º Durante o exercício de 2018 o executivo municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei ou em seus créditos adicionais, desde que autorizado por Lei específica.

Art. 7º Fica autorizado o Poder Executivo criar se necessário, através de Decretos, elementos de despesas dentro de cada projeto, atividade e operação especial, para as fontes de recursos não contempladas.

Art. 8º Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o executivo municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art. 9º São partes integrantes da presente Lei, os anexos da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:

- I – Balanço Orçamentário;
- II – Demonstrativo da Receita Orçada;
- III – Despesa Orçada por Unidade e Natureza de Despesa;
- IV – Demonstrativo da Despesa Fixada por Natureza;
- V – Demonstrativo da Despesa Fixada por Natureza Segundo o Tipo de Orçamento;
- VI – Programa de Trabalho;
- VII – Demonstrativo da Despesa Fixada por Órgão;
- VIII – Demonstrativo da Despesa Fixada por Órgão e Unidade Orçamentária;
- IX – Despesa Fixada por Órgão e Unidade Orçamentária – Corrente e Capital;
- X – Despesa Fixada por Função, Sub-função e Programa de Governo;
- XI – Despesa Fixada por Função de Governo e Projeto/Atividade;
- XII – Despesa Fixada por Função de Governo e Categoria Econômica;
- XIII – Despesa Fixada por Função conforme vinculo com recursos;
- XIV – Despesa por Projeto, Atividade e Operações Especiais;
- XV – Quadro de Detalhamento da Despesa;





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO
GABINETE DO PREFEITO

XVI – Demonstrativo Orçamentário por Fonte de Recurso – Resumido;

XVII - Demonstrativo Orçamentário por Fonte de Recurso – Detalhado; e

XVIII – Quadro de Detalhamento da Despesa – Resumido.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Art. 12 Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Porto Real do Colégio, Estado do Alagoas,
em 29 de dezembro de 2017.

Aldo Enio Borges

ALDO ENIO BORGES
Prefeito

Vertical text or stamp on the left side of the page.

